



Número: **0804243-90.2019.8.20.5001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **20ª Vara Cível da Comarca de Natal - DPVAT**

Última distribuição : **06/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCO DE ASSIS SILVA (AUTOR)		JOAO ROBERTO FERREIRA DAS NEVES (ADVOGADO)	
PORTO SEGURO S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
38760177	06/02/2019 10:22	PEÇA INICIAL	Documento de Comprovação
38760190	06/02/2019 10:22	01 PROCURAÇÃO	Procuração
38760195	06/02/2019 10:22	02 BOLETIM POLICIAL	Documento de Comprovação
38760200	06/02/2019 10:22	03 DOCUMENTOS MEDICOS	Documento de Comprovação
38765064	06/02/2019 10:22	03.1 DOCUMENTOS MEDICOS	Documento de Comprovação
38765079	06/02/2019 10:22	03.2 DOCUMENTOS MEDICOS	Documento de Comprovação
38765098	06/02/2019 10:22	04 PREVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO	Documento de Comprovação
38765122	06/02/2019 10:22	05 QUESITOS	Documento de Comprovação
38765142	06/02/2019 10:22	06 DOCUMENTOS PESSOAIS	Documento de Identificação
38765148	06/02/2019 10:22	07 DECLARAÇÃO DE POBREZA	Documento de Comprovação
38765154	06/02/2019 10:22	08 CONTRATO DE HONORÁRIOS	Documento de Comprovação

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DAS
VARAS ESPECIALIZADA DO SEGURO DPVAT DA COMARCA DE NATAL/RN,
A QUEM COUBER POR DISTRIBUIÇÃO LEGAL.**

JUSTIÇA GRATUITA

FRANCISO DE ASSIS SILVA, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº 3062968, expedida pela SSP/RN, inscrito no CPF sob o nº 655283304-53, residente e domiciliado na Rua Jaime de Souza e Silva, 34, Santo Tereza - Parnamirim/RN, CEP: 59142-260, vem, por intermédio de seu advogado, legalmente constituído, conforme procuração em anexo (doc.01), com escritório profissional na Rua Dr. Sadi de Mendes, nº1022-A, Santa Tereza, Parnamirim/RN, e-mail: jrfneves@outlook.com, telefone 84 999472766, onde deverá receber as intimações de praxe, muito respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor a presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) C/C PEDIDO
DE PERÍCIA MÉDICA**

em desfavor da **PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS**, pessoa jurídica de direito privado, com personalidade jurídica própria, inscrita no CNPJ sob 02.149.205/0001-69, com endereço para citação e intimação sito à Av. Prudente de Moraes, nº 4055, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59.063-200, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

I - DA JUSTIÇA GRATUITA

1. Tendo em vista que o Autor não possui condições financeiras de arcar com as custas e demais despesas processuais, sem que isso lhe prive do seu próprio sustento e da sua família, vêm, com amparo na Lei 1.060/50 e as alterações trazidas pelas Leis 7.510/86 e, 13.105/15, em seus artigos 98 e 99, NCPC. Assim, pede-lhe que seja concedido Assistência Judiciária Gratuita. Destarte, segue declaração de pobreza (doc. 07).

II - DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO

2. Cumpre inicialmente destacar o reconhecimento da competência deste juízo para processamento e julgamento do feito, uma vez que se trata de faculdade da parte autora a escolha do foro para propositura da ação, destarte o art. 46, do NCPC, senão vejamos:

“Art. 46. A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do réu. (destacamos)

3. Tratando-se de faculdade da parte autora, o art. 53, do NCPC, elenca mais opções para escolha:

“É competente o foro:

(...)

V - de domicílio do autor ou do local do fato, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, inclusive aeronaves. ” (grifamos).

4. Assim, a parte autora tem a sua escolha quaisquer dos foros possíveis para ajuizamento da ação decorrente de acidente de veículos, ou seja, o seu domicílio, o domicílio do réu, bem como o local do fato.

III - DA LEGITIMIDADE PASSIVA

5. Saliente-se que, quanto à legitimidade passiva para compor a causa, é de entendimento uníssono que quaisquer das Seguradoras que fazem parte do Convênio Nacional respondem pelo pagamento da indenização. Vejamos as decisões dos nossos Tribunais:

"TJ-SP - Apelação APL 00017497620108260010 SP 0001749- 76.2010.8.26.0010 (TJ-SP).

Ementa: SEGURO OBRIGA TÓRIO (DPVAT). AÇÃO DE COBRANÇA. MORTE DO SEGURADO. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE PASSIVA. INEXISTÊNCIA. Qualquer seguradora que integra o consórcio respectivo tem legitimidade passiva para a ação de cobrança do valor do seguro obrigatório de veículo (DPVAT), cabendo a escolha unicamente aos autores". (...). Data de publicação: 17/12/2013.

"TJ-RN - Apelação Cível AC 32998 RN 2010.003299-8 (TJ-RN).

EMENTA: PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ILEGITIMIDADE DA PARTE PARA FIGURAR NO PÓLO PASSIVO DA DEMANDA RECONHECIDA EM PRIMEIRO GRAU. EXTINÇÃO DO FEITO NOS TERMOS DOS ARTS. 267, I, C/C 295, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. INOCORRÊNCIA. CONSÓRCIO DE SEGURADORAS. PARTE LEGÍTIMA. NULIDADE DA SENTENÇA. RETORNO DOS AUTOS À PRIMEIRA INSTÂNCIA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO". (...). Data de Julgamento: 22/06/2010. (destacamos tudo).

6. Portanto, qualquer seguradora que integra o consórcio respectivo tem legitimidade passiva para a ação de cobrança do seguro obrigatório de veículo (DPVAT).

IV - DO INTERESSE DE AGIR

7. De acordo com a Lei Magna, em seu art. 5º, inciso XXXV, que aduz: "*A Lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito*"

8. Destarte, o preceito insculpido no referido artigo, o Autor não precisava se submeter as vaidades administrativas das Seguradoras partes do Convênio DPVAT para ter seu direito atendido por se tratar de direito legal.

9. Contudo, em ressentido decisão do colendo STF, no (RE 839.314/MA), de relatoria do Min. Luiz Fux; e (RE 839.347/MA, de relatoria da Min. Rosa Weber, por orientação jurisprudencial exarada no (RE 631.240/MG), de Relatoria do Min. Roberto Barroso, julgado sob a sistemática da Repercussão Geral.

10. A Corte suprema firmou entendimento da exigência da comprovação do prévio requerimento administrativo à uma das seguradoras como condição da nas ações de cobrança de seguro DPVAT ajuizadas após 03.09.2014.

11. Nesse sentido, o referido entendimento fora sufragado no Egrégio TJ/RN, em decisão proferida pelo Des. Amaury Moura Sobrinho, nos autos do AI 2015.010884-5, julgado em 14/08/2015.

12. Registre-se ainda que, tal exigência não se limitar ao esgotamento das vias administrativas em face do princípio da inafastabilidade da jurisdição (CF, Art. 5º, XXXV), mas apenas de comprovação da existência de pedido administrativo e seu indeferimento ou retardamento injustificado.

13. Portanto, segue cópia do prévio requerimento (doc. 04), caracterizando-se o (interesse de agir) do Autor.

V - DOS FATOS

14. O Autor foi vítima de acidente de trânsito em 14/10/2016, em via pública, no município de Parnamirim/RN, por volta das 08:00hs, conforme demonstra o Boletim de Ocorrência do órgão policial (doc. 02) digitalizado e anexo.

15. Cumpre anotar que, o Autor teve uma **fratura de tornozelo direito**, decorrendo assim em uma incapacidade parcial incompleta de caráter permanente, consoante aponta os Documentos Médicos Hospitalares digitalizados (doc. 03).

16. Assim, em decorrência das sequelas permanentes e, de posse de toda documentação necessária ao caso, o Autor requereu junto a Seguradora Líder a indenização do Seguro DPAVT, pela via administrativa; não obtendo êxito em seu intento.

17. De fato, a Seguradora Líder fica protelando ao máximo o pagamento do Seguro, com cobrança de diversos documentos não exigidos por Lei, quando das vezes, cancela ou nega o pagamento, destarte segue o (doc. 04) anexo, como prova do **prévio requerimento administrativo.**

18. Saliente que, de acordo com as providências trazidas pela Lei 11.945/09, a perda anatômica ou funcional de órgão, membro, sentido ou função para o caso de invalidez permanente completa, o segurado faz jus a um percentual estabelecido na tabela, podendo chegar ao máximo da cobertura, ou seja, 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

19. E ainda, quando se tratar de invalidez permanente incompleta, o percentual corresponderá a 75 % (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa. 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais sobre o mesmo valor acima elencado.

20. Desta forma, em consonância com a legislação vigente que trata da matéria e, com base em toda documentação acostada na exordial, vemos que o Autor faz *jus* a uma indenização, devendo, portando, ser enquadrado a sua situação em uma das condições acima descrita.

VI - DO DIREITO

21. O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte, invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

22. Essa Lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o Seguro Obrigatório DPVAT. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes de trânsito o recebimento de indenizações, ainda que os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

23. A indenização será paga em decorrência do acidente de trânsito que ocasionou a lesão no patrimônio físico da vítima, e é quantificada com o estabelecido no art. 3º, inciso II, da referida Lei, *in verbis*:

"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médicas e suplementares, nos valores e conforme as

regras que se seguem, por pessoa vitimada".

I - (...)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - (...) (destacamos tudo).

24.

E, continua o § 1º, incisos I e II, do citado artigo:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75 % (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (destacamos tudo).

25.

Apenas a título ilustrativo, cabe aludir que se considera invalidez a perda ou redução da funcionalidade de um membro, órgão, sentido ou função e, é permanente, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável.

26.

Não obstante, essa invalidez é considerada permanente quando a funcionalidade do membro, órgão, sentido ou função é afetada

integralmente ou em apenas parte, ou seja, invalidez total ou parcial, sendo ainda está última subdividida em completa ou incompleta.

27. Assim, a repercussão física ocasionada no corpo da vítima oriunda de acidente de trânsito, vale dizer, a sequela, mesmo que seja reversível, será indenizada pelas Seguradoras Conveniadas.

28. Para tanto, basta resultar de um acidente causado por veículo automotor para que o Seguro Obrigatório DPVAT indenize as vítimas, pois o Seguro tem natureza obrigatória, social e alimentar, cujo segurado é indeterminado, não sendo necessário que seja o condutor do veículo, e sim qualquer pessoa que em terras nacionais tenha sido vítima de acidente de trânsito.

29. Oportuno asseverar ainda que, quanto a documentação exigida pela legislação supramencionada, basta o Laudo Médico e/ou, Documentos Hospitalares do Primeiro Atendimento Médico e o Boletim de Ocorrência do órgão policial competente, consoante o disposto no art. 5º, da Lei 6.194/74, vejamos:

"Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado". (Destacamos).

30. Ressalte ainda que, a indenização será paga independentemente da existência de culpa, mesmo que não haja pagamento do resseguro, ficando abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

31. Contudo, a indenização que faz jus o Autor deve ser apurada por perícia técnica levando-se em considerando a natureza ou extensão das lesões, bem como o grau da incapacidade de acordo com a Súmula 474 do STJ que aduz: *"A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez"*.

32. Nesse sentido são os arestos a seguir transcritos:

"TJ-RS - Apelação Cível AC 70058958216 RS (TJ-RS)"

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. INVALIDEZ

PERMANENTE. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE. Afigura-se indispensável a perícia técnica para graduação da alegada invalidez permanente, a fim de estabelecer o patamar indenizatório. Súmula 474 do e. STJ. Sentença desconstituída. **RECURSO PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA.** (Apelação Cível Nº 70058958216, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 22/04/2014) ". Data de publicação: 28/04/2014. (grifamos).

"TJ-RS - Apelação Cível AC 70059835223 RS (TJ-RS)

Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE. 1. Conhecimento das razões recursais. Atendidos os requisitos estabelecidos no artigo 514 do CPC. Preliminar contrarrecursal afastada. 2. Afigura-se indispensável a perícia técnica para graduação da alegada invalidez permanente, a fim de estabelecer o patamar indenizatório. Súmula 474 do e. STJ. Sentença desconstituída. AFASTADA A PRELIMINAR CONTRARRECURSAL E RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Apelação Cível Nº 70059835223, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 01/06/2014". Data de publicação: 05/06/2014. (destacamos).

33. Tendo em vista todo o exposto, bem como toda Documentação Médica e o Boletim de Ocorrência colacionados a exordial, bem como os demais exames que, se assim fizerem necessários ao caso, entende-se que a Seguradora deve indenizar as sequelas em caráter permanente em que o Autor se encontra.

34. Nesse sentido, resta somente apuração técnica da graduação da invalidez, o que se requer desde agora, para tanto segue quesitos para perícia médica em anexo (doc. 05).

35. Ademais, a parte autora é consumidora hipossuficiente e que alegações aqui formuladas tem aparência de verdade, o que satisfaz os pressupostos do artigo 6º, VIII, do CDC. Requer a inversão do ônus da prova em favor do Autor.

VII - DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

- a) Os benefícios da Justiça Gratuita nos termos da lei 1.060/50, a as alterações trazidas pelas leis 7.115/1983 e 13.105/2015.
- b) Determinar a citação da Ré no endereço acima declinado, para que a mesma produza a sua defesa, querendo, sob pena de ser decretada a sua revelia e as penalidades decorrentes de tal fato;
- c) Que seja deferido uma perícia médica e, que sejam respondidos os quesitos digitalizado (doc. 05), as custas da Ré
- d) Julgar a Demanda procedente em sua totalidade, condenando a Ré a pagar o Autor uma indenização no valor de até **13.500,00** (treze mil e quinhentos reais), acrescido de juros de mora e correção monetária, em conformidade com a Súmula 426 do STJ.
- e) Que seja condenada a parte Ré aos honorários sucumbências, arbitrados em 20% sob o valor da condenação.
- f) **Consoante o disposto no art. 319, VII e o artigo 334 e seus parágrafos, o autor não se submeter à audiência de conciliação ou mediação por tratar-se de matéria cuja prova é exclusivamente pericial, salvo perito no local para este fim.**
- g) Requer finalmente que, na confecção do ALVARÁ, seja descontado das verbas indenizatórias do Autor o valor de 30% (trinta por cento), conforme o contrato (doc. 09) anexo e, somando ao valor das verbas sucumbenciais.

Salientando-se, contudo, que, mesmo que a condenação seja proporcional, nos termos do que apurar o r. laudo, não haverá que se falar em sucumbência recíproca, vez que o pedido estar condicionado a graduação do laudo médico.

Protesta provar por todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente prova documental e depoimento pessoal do preposto da Ré, ulterior juntada de documentos e oitivas de testemunhas, se entenderem necessário.

Dá-se a causa o valor de **R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais.)

Nestes Termos,

Pede deferimento.

Parnamirim/RN, 06 de fevereiro 2019.

João Roberto Ferreira das Neves

OAB/RN 11239

(assinado digitalmente na forma da Lei 11419))

Rol de documentos:

- 1 – Procuração;
- 2 – Boletim Policial;
- 3 – Documentos médicos;
- 4 – Negativa do Pagamento;
- 5 – Quesitos para perícia;
- 6 – Documentos pessoais;
- 7 – Declaração de Pobreza;
- 9 - Contrato de Honorários Advocatícios.

PROCURAÇÃO PARTICULAR AD JUDICIA ET EXTRA

OUTORGANTE: FRANCISCO DE ASSIS SILVA

Nacionalidade: BRASIL

Estado Civil: _____

RG nº: 3062968

CPF nº: 655 238 304-53

Endereço: R. SAIME DE SOUZA E SILVA

34

Bairro: SANTA TEREZA

Cidade: PARNAMIRIM

RN.

OUTORGADO: JOÃO ROBERTO FERREIRA NEVES, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/RN sob o nº 11.239, com escritório profissional à Rua Dr. Sadi Mendes de Lucena, nº 1022-A, Monte Castelo, Parnamirim/ RN, CEP 59.146-110, E-mail: jrfneves@outlook.com.

PODERES: amplos e ilimitados para o foro em geral, junto ou separadamente, em qualquer juízo ou grau de jurisdição, podendo propor e variar de ações civis e criminais, em quaisquer medidas preliminares ou assecuratórias dos nossos direitos e interesses, defende-lhe nas que lhe forem propostas, usar de todos os recursos em Direito admitidos, receber citações e notificações, louvar-se em peritos ou impugná-los, cobrar honorários, inclusive do(s) outorgante(s), referente à presente ação, fazer impugnação, adjudicações, arrematações, transigir, desistir, receber e dar quitações, reconhecer ou não o procedimento do pedido, renunciar ao direito sobre ação, firmar compromissos e substabelecer, podendo ainda usar dos poderes da cláusula "AD JUDICIA ET EXTRA" para requerer e receber junto aos Hospitais o Boletim do Primeiro Atendimento e Prontuário Cirúrgicos, o que tudo dará por firme e valioso e, em especial para todos os atos de protocolos e requerimentos administrativos junto ao INSS, de acordo com o art. 660, inciso II, da IN 77/15, bem como na via judicial. Destarte segue assinada por duas testemunhas, por analogia, na forma do art. 595 do CC.

PARNAMIRIM

/RN, 25 de OUTUBRO de 2018



OUTORGANTE

Assinado a rogo por:

SERGIO CUIZ UNIZICKI

CPF: 557 658 909-20

WESLEY GOMES DA SILVA

Wesley Gomes da Silva

CPF: 095 502 764-06



Govorno do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social
Polícia Civil
Delegacia Eletrônica



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Unidade Policial: 1ª DELEGACIA MUNICIPAL DE PARNAMIRIM
Endereço: RUA EDGAR DANTAS, 1660, SANTOS REIS, PARNAMIRIM

1. IDENTIFICAÇÃO DO BOLETIM

1.1 Protocolo: J2017023003542 1.2 Data de Expedição: 18/07/2017 09:55:58
1.3 Tipo: ACIDENTE DE TRÂNSITO COM DANO 1.4 Ligou CIOSP: Não

2. DADOS DO LOCAL DO FATO

2.1 Data/Hora do Fato: 14/10/2016 08:00:00 2.2 Autoria: Desconhecida
2.3 Fato: Consumado 2.4 Flagrante: Não
2.4 Meio(s) empregado(s): Outros
2.6 Tipo do local: Via Pública 2.7 Logradouro: ESTRADA DE JAPECANGA
2.8 Número: C 2.9 CEP:
2.10 Complemento: 2.11 Ponto de Referência: PROX AO CT DO AMERICA
2.12 Bairro: NÃO INFORMADO 2.13 Cidade: PARNAMIRIM
2.14 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

3. DADOS PESSOAIS DO COMUNICANTE (PESSOA FÍSICA)

3.1 Nome Completo: FRANCISCO DE ASSIS SILVA 3.2 Estado civil: Solteiro(a)
3.3 Etnia: Parda 3.4 Pai:
3.5 Mãe: SELMA DA SILVA 3.6 Data de Nascimento: 10/06/1968
3.7 Sexo: MASCULINO 3.8 RG: 3062968
3.9 CPF: 3.10 Passaporte:
3.11 Nacionalidade: 3.12 Naturalidade: JADUIS/RN
3.13 Profissão: SERVENTE 3.14 E-Mail:
3.15 Telefone(s): 84 91393102 3.16 Logradouro: RUA JAIME DE SOUZA E SILVA
3.17 Número: 34 3.18 CEP:
3.19 Bairro: SANTA TEREZA 3.20 Cidade: PARNAMIRIM
3.21 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

4. DADOS PESSOAIS DA(S) VÍTIMA(S) (NÃO FORAM INCLUÍDAS VÍTIMAS)

5. DADOS PESSOAIS DO(S) ACUSADO(S) (NÃO FORAM INCLUÍDOS ACUSADOS)

6. DADOS PESSOAIS DA(S) TESTEMUNHA(S) (NÃO FORAM INCLUÍDAS TESTEMUNHAS)

7. VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S) (NÃO FORAM INCLUÍDOS VEÍCULOS)

8. DADOS DA OCORRÊNCIA

9. DOS FATOS

9.1 Histórico

RELATA QUE TRAFEGAVA DE BICICLETA, QUANDO FOI ATROPELADO POR UMA MOTOCICLETA; QUE DEU ENTRADA NO HOSPITAL WALFREDO GURGEL CONFORME O BAA 211878; QUE PASSOU POR PROCEDIMENTO CIRURGICO.

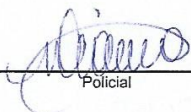
9.2 Informações do CIOSP

10. COMPLEMENTOS (ESSE BOLETIM NÃO FOI COMPLEMENTADO)

11. DECLARAÇÃO

O(s) declarante(s), sob as penas da Lei, confirmam que as informações aqui registradas são verdadeiras.

Data 18/07/2017 09:55:58


Policial

Interessado



Polegar direito

Atendimento: 1943111 - DIANA GONÇALVES DA SILVA
Impresso por: 1943111 - DIANA GONÇALVES DA SILVA em 18/07/2017 09:56:16

FINAL DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA

J2017023003542



SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE PÚBLICA
HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL



BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA
ORTOPEDIA

PACIENTE	FRANCISCO DE ASSIS SILVA		
DATA DE ENTRADA	14/10/2016	HORA	08:00 N° BAA 211878
IDADE	58	SEXO	M ETNIA -
CARTÃO SUS	705203490200172	ESTADO CIVIL	-
CPF	- RG - - -		
NOME DA MÃE	SELMA DA SILVA		
NOME DO PAI	-		
NASCIMENTO	10/06/1958	NATURALIDADE	Natal-RN
TELEFONE	(84) 9139-3102	PROFISSÃO	-
RUA/AV.	Rua Jaime De Souza E Silva N° 34		
COMPLEMENTO	-	BAIRRO	Santa Tereza
CEP	59142-260	CIDADE	Parnamirim-RN
ORIGEM	Outra	MOTIVO	Acidente de Trânsito / Bicicleta - moto
ACID. DE TRABALHO	Não	USUÁRIO	Nicolas

HISTÓRIA - CAUSA EFICIENTE DA LESÃO (ALEGADA)

Acidente encaminhado com fratura humeral

EXAME FÍSICO (PRIMÁRIO)

A SINTOMAS DOR + 15 dias
B
C
D
E

OUTRAS OBSERVAÇÕES

CONFERE COM ORGÃO
NATAL, 29/11/14
MAT. N° 1520873
SAME
ASSINATURA

RAIOS-X
Realizado em 14/10/16
Técnico: Ena mo

HORA	PRESSÃO ARTERIAL	DOR	TEMP.	FREQ. RESPIRATÓRIA	FREQ. CARDÍACA	GLASGOW	RTS-SCORE FINAL

DIAGNÓSTICO INICIAL	Fratura humeral direita D.	CID
---------------------	----------------------------	-----

EXAME FÍSICO (SECUNDÁRIO)

A

B

C

D

E

A (ALERGIAS):

M (MEDICAÇÃO EM USO):

P (PATOLOGIAS E CIRURGIAS PRÉVIAS):

L (LÍQ E ALIMENTOS INGERIDOS):

A (AMBIENTE E EVENTOS DO TRAUMA):

V (PASSADO VACINAL):

EXAMES COMPLEMENTARES: (RADIOLOGIA E IMAGEM)***

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

Rx de TNEO
m AP

OUTROS

CONDUTA PRIMÁRIA: (MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS)

ANOTAÇÃO DE ENFERMAGEM

Retirar gesso

Dr. Kleison Bastos
ORTOPEDISTA
CRM 4425

Assinatura e Carimbo do Responsável

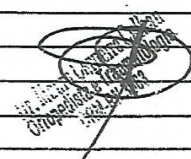
Assinatura e Carimbo do Responsável

ENCAMINHAMENTO DO PACIENTE

ESPECIALISTA 1:	HORA:	DATA:
ESPECIALISTA 2:	HORA:	DATA:
ESPECIALISTA 3:	HORA:	DATA:

MÉDICO (CARIMBO)

CASO O ESPAÇO DESTINADO PARA EXAMES SEJA INSUFICIENTE, UTILIZE IMPRESSOS PRÓPRIOS DO HOSPITAL, REQUISIÇÃO DE EXAMES, FOLHA DE PRESCRIÇÃO E ANEXE AO BOLETIM.

ATENDIMENTO ESPECIALIZADO 2:	
ANAMNESE	
EXAME FÍSICO	
IMPRESSÃO DIAGNÓSTICA	
EXAMES COMPLEMENTARES: (RADIOLOGIA E IMAGEM)****	LABORATÓRIO
	OUTROS
CONDUTA PRIMÁRIA: (MEDICAÇÕES E PROCEDIMENTOS) <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 10px;"> MDC 60h 51 Suo. CVC M2. </div> <div style="text-align: center; margin-top: 20px;">  </div>	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 10px; transform: rotate(-5deg);"> CONFERE COM ORIGINAL NATAL: 29/11/16 MAT. Nº: 152073 SAME ASSINATURA </div>
Assinatura e Carimbo do Responsável	Assinatura e Carimbo do Responsável

DESTINO DO PACIENTE:	Nº do Boletim de Atendimento:
INTERNAMENTO NA CLÍNICA:	DATA: / / HORA:
SAÍDA:	DATA: 19/10/16 HORA: 10:26
Decisão Médica <input checked="" type="checkbox"/>	À Revelia <input type="checkbox"/> Transferido para:
ÓBITO:	DATA: / / HORA:
Entregue à família	com Atestado <input type="checkbox"/> S.V.O. <input type="checkbox"/> I.T.E.P. <input type="checkbox"/>


 Médico (Carimbo)

Destacar nessa linha e entregar ao paciente após a sua liberação

DESTINO DO PACIENTE:	Nº do Boletim de Atendimento:
INTERNAMENTO NA CLÍNICA:	DATA: / / HORA:
SAÍDA:	DATA: / / HORA:
Decisão Médica <input type="checkbox"/>	À Revelia <input type="checkbox"/> Transferido para:
ÓBITO:	DATA: / / HORA:
Entregue à família	com Atestado <input type="checkbox"/> S.V.O. <input type="checkbox"/> I.T.E.P. <input type="checkbox"/>

206A

		
PRONTOCLÍNICA DA CRIANÇA LTDA DRº PAULO GURGEL		
REGISTRO DE INTERNAMENTO		
Nº AIH:	Nº ATENDIMENTO	DATA: 18/10/16 HS: 19:00
TIPO DE INTERNAMENTO:	CIRÚRGICO () CLÍNICO () PEDIÁTRICO	
ACOMODADO: 1º	LEITO: 20 A	CONVÊNIO Sus
MATRICULA 705203490200172	VALIDADE	
ASS. DO RESPONSÁVEL PELO INTERNAMENTO: <i>Paulina</i>		

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE	
NOME: <i>Francisco de Assis Silva</i>	SEXO: (X) M () F
DATA DE NASCIMENTO: 10/06/1968 RG: 3062968	CPF: 655.238.304-53
FILIAÇÃO MÃE: <i>Silma da Silva</i>	
PAI: <i>Edmundo Assis da Silva</i>	
ENDEREÇO: <i>R: Jaime de Souza e Silva nº 84</i>	
BAIRRO: <i>Santa Teresinha</i>	CIDADE: <i>Panamirim</i>
ESTADO: <i>RU</i>	CEP: <i>59042-280</i>
RESPONSÁVEL:	PARENTESCO:
FONE: (84) 91393102	FONE: (81) 91087244. 988679435
SUMÁRIO DE ALTA	
TIPO DE ALTA: () MÉDICA () ADMINISTRATIVA () A PEDIDO () EVASÃO () ÓBITO	
DATA: / / 2016 HORA:	ASS. RESPONSÁVEL DO SETOR:

RESUMO DO QUADRO CLÍNICO
<p><i>Reflexo patino bupelo cã ± 20 dia</i></p> <p><i>opredo com inter lateral, plano ST 5 e</i></p> <p><i>e 04 parafusos + plano ligamento</i></p> <p><i>tróficula anterior</i></p>
<p>PRONTOCLÍNICA DA CRIANÇA LTDA</p> <p>CNPJ: 09.417.742/0001-91</p> <p>Confere com o Original</p> <p>Data: <i>04/11/2016</i></p> <p><i>Patricia V. P. P. P.</i></p> <p>CARIMBO E ASS. DO MÉDICO</p>

DESCRIÇÃO DO ATO CIRURGICO

Implante ortopedico U.E.A + curativo quaternario
 Acesso lateral ao tornozelo, identificação da
 fratura, limpeza local, redução e fixação com
 placa 9 furos SS e 4 parafusos
 identificação e ligamento lateral (PCL)
 anterior - futuro FO, controle CI radiografica

João Roberto Ferreira das Neves
 ORTOPEDISTA
 CRM 3471

19-10-16

BOLETIM DE ANESTESIA

ANESTESIA TIPO: raqui + sedação TECNICA:

NOR	CONTINUA	18	16	14	12	10	8	6	4	2	A N O T A C O E S																			
18	100	100	100	100																										
16																														
14																														
12																														
10																														
8																														
6																														
4																														
2																														
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> <p>x. hoit. versoline 20 efazoline 2g neo pes 0,5% 20mg morfina 70mg mid 5 + 1mg PN 30mg cat O2 nasal</p> </div> <div style="border-left: 1px solid black; height: 100px; width: 50px;"></div> </div>																														
<table border="1" style="width: 100%;"> <thead> <tr> <th>MIN. C/ ACRÉSCIMO</th> <th>MIN S/ ACRÉSCIMO</th> <th>TOTAIS</th> <th>INICIO DA ANESTESIA: 10.40</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>INICIO DA CIRURGIA: 10.50</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>TÉRMINO DA CIRURGIA:</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>TÉRMINO DA ANESTESIA: 11.50</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>OBSERVAÇÕES:</td> </tr> </tbody> </table>											MIN. C/ ACRÉSCIMO	MIN S/ ACRÉSCIMO	TOTAIS	INICIO DA ANESTESIA: 10.40				INICIO DA CIRURGIA: 10.50				TÉRMINO DA CIRURGIA:				TÉRMINO DA ANESTESIA: 11.50				OBSERVAÇÕES:
MIN. C/ ACRÉSCIMO	MIN S/ ACRÉSCIMO	TOTAIS	INICIO DA ANESTESIA: 10.40																											
			INICIO DA CIRURGIA: 10.50																											
			TÉRMINO DA CIRURGIA:																											
			TÉRMINO DA ANESTESIA: 11.50																											
			OBSERVAÇÕES:																											

Priscila Mesquita
 Anestesiologista
 CRM-RN 6792



PRONTOCLÍNICA E MATERNIDADE
Dr. Paulo Gurgel
Prontoclínica da Criança Ltda.

PACIENTE Fº do Assis

APTO.: 206A

CONVEN. SS

RELATORIO DE ENFERMAGEM

USO DE:	DATA / H	USO DE:	DATA
BOMBA DE INF.	DIL	ECG	
NEBULIZADOR	Nº	OXIG./UMIDIF.	
ASPIRADOR	DIL	BERÇO AQUECIDO	
CURATIVO		FOTOTERAPIA	
		INCUBADORA	

DATA	HORA	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM	ASSINAT.
19	05:00	Pet admitido na insti-	
20		tuição p/ procedimento	
20		cirúrgico por fratura	
		do RNZ (D), devido queda	
		de bicicleta na 23ª dis-	
		proveniente de sua	
		residência e ao	
		curado do Dr. Gurgel.	
		Seguiu com EGB. Pet	
		ciente da dieta zero.	
		Após as 20:00hs. Nega	
		alergia em geral, como	
		também doenças pre-	
		existentes. Anetado	
		ao prontuário. O impressor	
		de raio-x e colheu	
		sangue. Seguiu SI	
		quedas e ao cuidado	
		do grupo.	
		Pet encaminhado para o ce arm-	
		ponhado do aparelho, onde o impressor	
		de RI + exames laboratoriais.	
		Pet Admitido no CC para	
		tit cirúrgico por fraturas	
		do Dr. Claudio Gurgel, acompa-	
		nhado de Mosquito do ra-	
		co, consciente, hidratado em	
		2º ambiente, SIC. Pet Nega al-	
		ergia medicamentosa, Doenças	

Renata Michelle T. Macalino
Enfermeira
COREN/PR 236764

Shenli 673856

Tatiana C.B.S. Fufolis
Téc. de Enfermagem
COREN/PR 68554



PRONTOCLÍNICA E MATERNIDADE

Dr. Paulo Gurgel

Prontoclínica da Criança Ltda.

RELATORIO DE ENFERMAGEM

PACIENTE

APTO.:

CONVEN.

USO DE:		DATA / H	USO DE:	DATA
BOMBA DE INF.	DIL		ECG	
NEBULIZADOR	Nº		OXIG./UMIDIF.	
ASPIRADOR	DIL		BERÇO AQUECIDO	
CURATIVO			FOTOTERAPIA	
			INCUBADORA	

DATA	HORA	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM	ASSINAT.
		de base; Apnia - loggismo. — Pct posicionado em mesa opo natomia monitorizada com ECG oximetro pulso + Pns. Funcionando em MSE com jeto nº 20 AUP na HV. —	
19.10 2016	0	Início da anestesia Anestesia: Raquel Anestesiista: Dra. Fúscala Realizado degumeração em local operatório PUPIT. Degumante + PUPIT. tópico. Após Esquecimento.	
	0	Início da cirurgia Cirurgia: Prof. Tiz D Cirurgião: Dr. Claudio guzzo Prof. Rita. Circ: Talyry nat. 01 placa 1/3 com 5 furos + 04 parafusos corticais nº 16 e nº 18. —	
	0	Terminio da Cirurgia	
	0	Terminio da Anestesia Pct Encaminhado para Enfermaria de Quimica conse lute Orientado em da amb lute Anexo 01 peliculo. Rx + Exames Laboratoriais	
	1h	Pct retornou do ee acompanhado do maquiro, na HV. com a pele oxidada	Chorus
	1h	Adm. Dipno na + ABP EV	Joelmo



PRONTOCLÍNICA E MATERNIDADE
Dr. Paulo Gurgel
Prontoclínica da Criança Ltda.

PACIENTE

APTO.:

CONVEN.

RELATORIO DE ENFERMAGEM

USO DE:	DATA / H	USO DE:	DATA
BOMBA DE INF.	DIL	ECG	
NEBULIZADOR	Nº	OXIG./UMIDIF.	
ASPIRADOR	DIL	BERÇO AQUECIDO	
CURATIVO		FOTOTERAPIA	
		INCUBADORA	

DATA	HORA	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM	ASSINAT.
	18:30	Paciente em POI por fratura no tornozelo (D), aos cuidados de Dr. Gurgel. Condição estável, em O2. Paciente, eufórico e normotenso. AVP em M.E. repleta. ATB+ sintomáticos. Com boa aceitação da dieta VO e diurese presente; rouco - x pós OR. Segue sem queixas e aos cuidados da equipe de enfermagem.	
20/10/16	22:00	Dem. Leptoglina 1g + ABG, IV	
	22:00	Dem. Dipirona 0,5 Ampol + 10cl	
	22:00	ABD, IV + TAO Xeram 40 mg +	
	22:00	ABD, IV " "	
19.10.16	22:30	Paciente em POI por fratura no tornozelo (D), aos cuidados de Dr. Gurgel. Condição estável, em O2. Paciente, eufórico e normotenso. AVP em M.E. repleta. ATB+ sintomáticos. Com boa aceitação da dieta VO e diurese presente; rouco - x pós OR. Segue sem queixas e aos cuidados da equipe de enfermagem.	
	02:5	Dem. dipirona 1g + ABG, IV	
20/10/16	06:00	Dem. Leptoglina 1g + ABG, IV	
	06:00	Dipirona 0,5 Ampol + 10cl ABD	
	06:00	IV	



PRONTOCLÍNICA E MATERNIDADE
Dr. Paulo Gurgel
Prontoclínica da Criança Ltda.

RELATORIO DE ENFERMAGEM

PACIENTE

APTO.:

CONVEN.

DATA	HORA	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM	ASSINAT.
20.10.16	07:00	Paciente em 1º dia. Po. Por cirurgia de frnt. TNZD. em cuidados de Dr. Gurgis. Condi- ção, estável, em q. condit. de com. AUP em 18% (maloligando) ATB + 1 internação, com diurese espontânea presente e 11 med- icamentos intestinais curativos. Ref. em cuidados de equipl.	Medinte Enfermeiro
20.10.16	9:00	Paciente, saiu de volta hospitalar acompanhado por parentes, conscient. Orientado, Orembi- nte aos médicos em arebodo nove horas da ex. p. + 01 impo- do ex. p.	Enfermeiro 98370

BOLETIM DE SALA DE CIRURGIA - PRONTOCLINICA DA CRIANÇA PAULO GURGEL									
PACIENTE: <u>Francisco de Assis Junior</u>		REG. PACIENTE Nº							
CIRURGIA(S) REALIZADA(S): <u>Osteossíntese tornozelo bilateral + reparo ligamentar</u>		CONVENIO: <u>SUS</u>							
EQUIPE MEDICA		COD. PROCEDIMENTO(S):							
CIRURGAO: <u>CEN-220</u>		EQUIPAMENTOS / TEMPO DE USO		GASOMETRIA / TEMPO DE USO		DATA: <u>15/10/16</u>			
1ª AUXILIAR: <u>[assinatura]</u>		BISTURI ELÉTRICO:		AR COMPRIMIDO:		HORA:			
2ª AUXILIAR: <u>[assinatura]</u>		CAPINOGRÁFO:		GÁS CARBÔNICO:		TERMINO:			
3ª AUXILIAR: <u>[assinatura]</u>		INTENS. DE IMAGENS: <u>C</u>		NITROGENIO:		SANGUE: <u>2</u>		OPME'S	
ANESTESISTA: <u>Piscilio Mesquita</u>		MONITOR CARDIACO: <u>C</u>		O ³ SOB CATETER: <u>C</u>					
INSTRUMENTADOR(A): <u>[assinatura]</u>		OXIM. DE PULSO: <u>C</u>		O ³ SOB PRESSÃO: <u>C</u>					
SERRA ELÉTRICA:		OXÍDO NITROSO:							
MATERIAIS	QTD	MATERIAIS	QTD	MEDICAMENTOS	QTD	MEDICAMENTOS	QTD		
ABBOCATH		FIO ALGODAO C/AGULHA		ADRENALINA AMP		SEVORANE P/ ml		ARRUELAS	
ÁGUA OXIGENADA		GASES 10x10 PCT. 20		ÁGUA BISTILADA 10ml	1	SORO FISIOLÓGICO 250ml	1	ARRUELA METÁLICA	
AGULHA DESCARTAVEL		GORRO DESCARTAVEL		CEFALOTINA 1g FRASCO		SORO FISIOLÓGICO 500ml	1	CAMPO PLÁSTICO	
AGULHA RAQUI N-27		JELCO N-20		DIMORF AMPOLA		SORO FISIOLÓGICO P/ml		CIDEX P/ml	
ALCOOL		LUVAS DESCARTAVEIS		DOLANTINA		SORO GLICOSADO 5% 250ml		CIMENTO ORTOPÉDICO	
ALCOOL IODADO		MALHA TUBULAR		DOMORINID (5mg)		SORO GLICOSADO 5% 500ml		FIO DE KIRSCHNER	
ALGODAO GRIBOLA		MASCARA DESCARTAVEL		EFORTIL AMPOLA		SORO GLICOSADO 5% 500ml		FIO DE LUQUE	
APAR. DE BARBEAR (TRICOTOMIA)		MICROPOR		ELTRANE P/ ml		SORO RINGER LACTATO 500ml		FIXADOR EXTERNO	
ATADURA DE ALGODAO		MONONYLON C AGULHA N-4		PENTANIL P/ ml		SORO RINGER SIMPLES 500ml		GANCHO	
ATADURA CREPOM		POLIFIX		FLUOTHANE P/ ml		SUFENTA P/ml		GELFOAM	
ATADURA DE GESSO		POLIVICRIL N-2		FORANE P/ ml		THIONEMBUTAL 500mg P/ml		GRAMPO	
CATETER P/ OXIGENIO		PORTOVAC		HALOTANO P/ ml		TILATIL 20mg AMPOLA		HASTER	
CATGUT CROMADO C/ AGULHA		POVIDINE DEREGMANTE 30ml		MARCAINA 0,5% C/V P/ml	1	TILATIL 40mg AMPOLA		LIGAMENTO SINTETICO	
CATGUT SIMPLES C/ AGULHA		POVIDINE TÓPICO 30ml		MARCAINA 0,5% S/V P/ml	1	TROFODERMIN P/ GRAMA		PARAFUSO CORTICAL 0-4	
CERA OSSEA		SCALP		MARCAINA PESADA 0,5% P/ml	1	VALIUM 10mg AMPOLA		PARAFUSO ESPONJOSO	
COMPRESSA CIR.PCI. C.05		SERINGA DE INSULINA		NAROPIN AMPOLA	1	XYLOCAINA 2% C/V P/ ml		PARAF. INTERF. DE TITANEO	
DRENO PNROSE		SERINGA DESC. 03ml		PANCUMO AMPOLA	1	XYLOCAINA 2% S/V P/ ml		PINO	
ELETRODOS/ARRUELAS DE MONIT.		SERINGA DESC. 05ml		PLANMET AMPOLA	1	XYLOCAINA GELÉIA P/ GRAMA		PINO DESLIZANTE	
EQUIPO PARA TRANSFUSAO		SERINGA DESC. 10 ml		PROFENID 100 mg AMP	1	PRÓ PÉS		PLACA 5 LAMINAR 13x	
EQUIPO SIMPLES		SERINGA DESC. 20ml		PROFENID 50 mg AMP	1	TUBO ENDOTRAQUEAL		PONTA DE SHAVER	
ESPARADRAPO 40cm		SISTEMA COLETOR ABERTO		PROPOFOL AMPOLA		LUVAS ESTERIL		PROTESE	
ETIBOND		SISTEMA COLETOR FECHADO		QUELICIN 100mg AMP		DIVERSOS		SURGICEI	
ESCOVA DESCARTAVEL		SONDA DE FOLEY		QUELICIN 50mg AMP				DRILL ELÉTRICO	
		SONDA P/ ASPIRAÇÃO						ASPIRADOR	



PRONTOCLÍNICA E MATERNIDADE
Dr. Paulo Gurgel
Prontoclínica da Criança Ltda.
EVOLUÇÃO MÉDICA

PACIENTE: Francisco de Assis REGISTRO Nº _____
APTO.: _____ CONVENIO _____
MÉDICO: _____

DATA / HORA	DESCRIÇÃO MÉDICA
18-10-16	Admitido para 1º Exame Toraxopelo D segundo 10 ± 20 dias Exame 1º Exame lateral + 1º Exame ligamento medulares Exame 1º Exame lateral + 1º Exame ligamento HDP - N/A
19-10-16	Exame Exame lateral + 1º Exame ligamento Toraxopelo (1º Exame lateral + 1º Exame ligamento)
20-10-16	12 LPO AM + 1º Exame lateral + 1º Exame ligamento Ex. analise Alto resumo Medio 1º Exame lateral + 1º Exame ligamento Medio resumo

Claudio Jose Poles Guzzo
Ortopedia - Traumatologia
CRM - 3047

Claudio Jose Poles Guzzo
Ortopedia - Traumatologia
CRM - 3047

Claudio Jose Poles Guzzo
Ortopedia - Traumatologia
CRM - 3047

Claudio Jose Poles Guzzo
Ortopedia - Traumatologia
CRM - 3047

SINISTRO 3180417315 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA FRANCISCO DE ASSIS SILVA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE

INDENIZAÇÃO SEGURADORA LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS

BENEFICIÁRIO FRANCISCO DE ASSIS SILVA

CPF/CNPJ: 65523830453

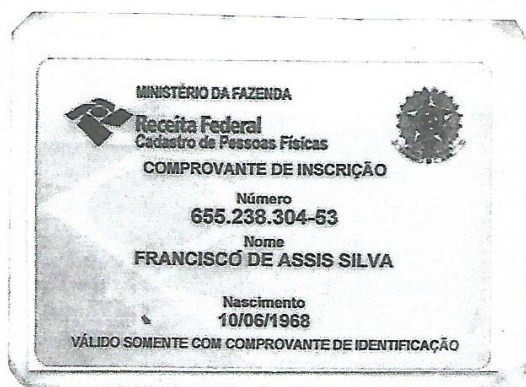
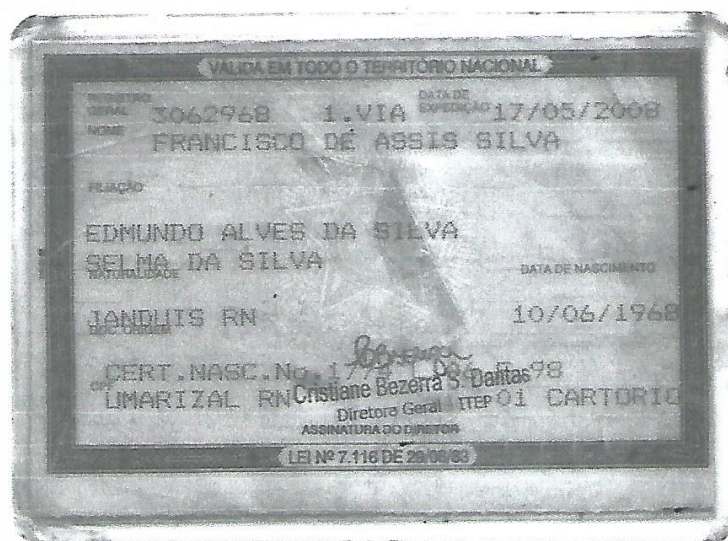
Posição em 18-10-2018 14:55:59

Seu pedido de indenização foi avaliado por nossa equipe técnica e identificamos pendências na documentação apresentada que impedem a conclusão de seu processo. Por favor, regularize os documentos listados abaixo e entregue-os, o quanto antes, no mesmo local onde você deu entrada para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Descrição	Tipo	Status	Nome
Comprovação de ato declaratório	Vitima	Pendente	

Quesitos

- 1- Quais as lesões sofridas pelo autor?
- 2- As lesões decorreram de acidente de veículo?
- 3- Essas lesões tornam algum membro ou função deficiente?
- 4- Totalmente ou em parte?
- 5 - Em que percentual?
- 6- Das lesões resulta incapacidade para o trabalho?
- 7- A incapacidade é temporária ou permanente?
- 8- Das lesões resultam redução da capacidade laboral?
- 9- A incapacidade, se parcial, é completa em relação à parte do corpo afetada ou é incompleta?
- 10- No caso de invalidez parcial incompleta, a repercussão da lesão para a capacitação laborativa é intensa (75% ou mais), média (50%), leve (25%) ou residual (10% ou menos)?



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, FRANCISCO DE ASSIS SILVA,
brasileiro(a), portador(a) do RG nº 306 2968, inscrito(a) no CPF
sob o nº 655 238 304-53, residente e domiciliado à Rua
SALME DE SOUZA SILVA, nº 34,
SANTA TEREZA, PARNAMIRIM /RN, CEP
59.142-260, Declaro para os devidos fins que possuo hipossuficiência
financeira, não tendo condições de arcar com custas processuais e honorários
advocatícios sem prejudicar o meu próprio sustento e o da minha família,
consoante o que dispõe a Lei 1.050/1960, e por ser expressão da verdade, firmo
a presente.

Parnamirim/RN, 25 de OUTUBRO de 2018.



Declarante

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983.

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e das outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interesse ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único - O dispositivo neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º - Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. 3º - A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983; 162º da Independência e 95º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS

I - CONTRATANTE: Francisco de Assis Silva
brasileiro(a), portador(a) da Cédula de Identidade nº 3062968, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 655 236 304-53
residente e domiciliado(a) a Rua Jaime de Souza Silva, nº 34,
Santa Tereza - Parnamirim - RN, CEP 59142-260.

II - CONTRATADO: JOÃO ROBERTO FERREIRA DAS NEVES, brasileiro, advogado, inscrito na OAB (RN) sob o nº. 11239 com cadastro no CPF sob o nº 413.039.704-49, com endereço profissional situado à Rua Edgar Dantas 453-A, Santos Reis, Parnamirim/RN, aqui denominado CONTRATADO.

III - OBJETO DO CONTRATO:

Cláusula 1ª. O presente instrumento tem como OBJETO a prestação de serviços advocatícios, para propositura da Ação de Cobrança do Seguro Obrigatório (DPVAT), na seara JUDICIAL, junto as Seguradoras responsáveis pelo pagamento de seguro.

IV - DAS ATIVIDADES:

Cláusula 2ª. As atividades incluídas na prestação de serviços objeto deste instrumento são todas aquelas inerentes à profissão, quais sejam: praticar quaisquer atos e medidas necessárias e inerentes à causa, em todas as repartições públicas da União, dos Estados e Municípios, bem como Órgãos a estes ligados direta ou indiretamente, seja por delegação, concessão ou outros meios, bem como de estabelecimentos particulares e, praticar todos os atos inerentes ao exercício da advocacia e aqueles constantes no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, bem como os específicos no Instrumento Procuratório, parte deste.

V - DA DESISTÊNCIA:

Cláusula 3ª. Fica acordado que, em caso de desistência, a parte CONTRATANTE pagará um salário mínimo a título de despesas, no ato da desistência.

Obs: em caso de falta/ou ausência não justificada por parte do CONTRATANTE aos atos judiciais ou administrativos, este fica ciente da multa do art. 334, § 8º do CPC.

VI - DOS HONORÁRIOS:

Cláusula 4ª. Ficam acordadas as partes que os honorários a título de prestação de serviços, serão pagos da seguinte forma: 30% (trinta por cento) na judicial ou acordo realizado entre as partes, se for o caso, tudo, nos exatos termos do art. 22, § 4º, da Lei 8.906/94 e, do provimento 128/15 do TJRN.

Cláusula 5ª. Fica estipulado o valor de até R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), decorrente das despesas administrativas, a cargo do CONTRATANTE, que será paga ao final do processo, com êxito.

§ 1º. Caso haja morte ou incapacidade civil do CONTRATADO, seus sucessores ou representantes legais receberem os honorários na proporção do trabalho realizado.

Cláusula 6ª Os honorários de sucumbência pertencem ao CONTRATADO nos termos do art. 23 do EOAB, Lei 8.906/94, que poderão de imediato recebê-los em juízo, ou fora dele, ao final da ação, ou promover a competente execução em seu próprio nome, ou em nome do CONTRATANTE, nada tendo este a reclamar ou receber.

Cláusula 7ª. As partes estabelecerão que, havendo atraso no pagamento dos honorários, será cobrada multa de 10% (dez por cento), mais juros na proporção de 1% (um por cento) ao mês.

VII - DA COBRANÇA:

Cláusula 8ª. As partes acordam que facultará ao CONTRATADO, o direito de realizar a cobranças dos honorários por todos os meios admitidos em direito.

VIII - DO FORO:

Cláusula 9ª. Para a solução de questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o foro da Cidade de Parnamirim/RN.

E por estarem justas e acertadas, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.



Parnamirim/RN, 23 de Outubro de 2018

CONTRATANTE

JOÃO ROBERTO F. DAS NEVES

Testemunha

Testemunha

CPF: 557 658 909-20

CPF: _____